

Carta de Compromissos com a Agenda Nacional para os Minerais Críticos

Resposta ao caderno de propostas da Associação de Minerais Críticos e distribuição de responsabilidades entre o Governo de Minas Gerais, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2026.

À Senhora
Marisa Cesar
Presidente do Conselho da Associação de Minerais Críticos

Prezada Marisa,

Nossa conversa em Salinas foi breve. A contribuição que você me encaminhou, contudo, é ampla, consistente e necessária. Li com atenção o caderno Agenda Nacional para os Minerais Críticos e a síntese de suas dez propostas prioritárias.

Concordo com a premissa central apresentada pela Associação de Minerais Críticos: possuir recursos minerais não basta. O desafio é transformar a riqueza geológica em ciência, empregos, indústria, inovação e tecnologia, com benefícios efetivos para as comunidades e para o país. A própria AMC defende que a agregação de valor seja gradual, seletiva e competitiva, apoiada por financiamento, infraestrutura, segurança jurídica e sustentabilidade.

Essa visão converge diretamente com nosso Plano de Governo, que prevê instituir uma Política Estadual de Minerais Críticos e Terras Raras, orientada para agregar valor, atrair centros de desenvolvimento e indústrias, formar fornecedores locais, qualificar profissionais e promover pesquisa geológica e tecnológica. O plano também reconhece expressamente que a existência do mineral não produz industrialização automaticamente.

Uma distinção conceitual indispensável

Antes dos compromissos, considero importante esclarecer uma confusão recorrente no debate público.

Minerais críticos não formam uma família química. Trata-se de uma categoria econômica e estratégica. Um mineral é considerado crítico quando sua eventual falta pode comprometer áreas essenciais e quando sua cadeia de fornecimento apresenta risco elevado de interrupção. A classificação depende da importância econômica, da vulnerabilidade do abastecimento e das prioridades de cada país em determinado período.

Terras raras, por sua vez, são um grupo específico de 17 elementos químicos: 15 lantanídeos, além do escândio e do ítrio. Eles são usados em catalisadores, equipamentos eletrônicos, ímãs permanentes e tecnologias de alta complexidade.

Portanto, terras raras podem integrar uma lista de minerais críticos, porém representam apenas uma parte desse universo. Grafita, lítio e nióbio, por exemplo, podem ser classificados como críticos e não são terras raras. A diferença é simples: “crítico” é uma condição estratégica; “terra rara” é uma classificação química.

Essa precisão é importante porque cada cadeia exige uma política diferente. Não se desenvolve o lítio da mesma maneira que o nióbio. Não se desenvolve o nióbio da mesma maneira que as terras raras. A estratégia precisa considerar em qual estágio cada cadeia se encontra e até onde pode avançar com competitividade.

A própria AMC organiza corretamente essa trajetória: pesquisa mineral, upstream, midstream e downstream. O upstream reúne extração e beneficiamento. O midstream envolve metalurgia, refino e separação. O downstream concentra componentes industriais de maior sofisticação. A economia circular deve atravessar todas essas etapas.

O que Minas Gerais possui

Minas Gerais reúne uma combinação singular de geologia, instituições, produção e tecnologia.

No campo dos minerais críticos, nosso Plano de Governo registra que Minas Gerais concentra mais de 80% dos depósitos de lítio conhecidos no Brasil e que Araxá responde por aproximadamente 75% a 80% da oferta mundial de nióbio.

O lítio está concentrado principalmente no Vale do Jequitinhonha, com projetos relevantes em Araçuaí e Itinga. A região também possui grafita em municípios como Pedra Azul e Salto da Divisa. Hoje já existem extração e beneficiamento, embora ainda haja espaço considerável para desenvolver processamento, pesquisa e tecnologia dentro da região.

Em Araxá, o nióbio já apresenta uma cadeia mais madura. Além da maior reserva mundial, a cidade recebeu uma planta de produção de ânodos de nióbio, demonstrando que é possível sair do minério e chegar a produtos tecnológicos de maior valor.

No campo específico das terras raras, Minas Gerais possui projetos relevantes em Araxá e Poços de Caldas. Poços de Caldas inaugurou, em 2026, um centro semi-industrial de pesquisa e processamento de terras raras. Araxá reúne projetos de nióbio e elementos de terras raras. Lagoa Santa abriga o MagBras, projeto de desenvolvimento de tecnologia nacional para fabricar ímãs permanentes. Isso significa que Minas Gerais já possui iniciativas de extração, pesquisa, processamento e tecnologia, embora elas ainda precisem ser conectadas por uma estratégia estadual.

O diagnóstico é promissor e, ao mesmo tempo, exigente. Minas Gerais possui os recursos e começa a desenvolver capacidades intermediárias. O desafio é impedir que cada projeto avance isoladamente, sem formar fornecedores, profissionais, tecnologia e infraestrutura ao redor de si.

Não quero que Minas Gerais simplesmente exporte uma nova geração de pedras. Quero que o Estado produza conhecimento, materiais e soluções.

Uma carta responsável precisa dizer quem pode fazer o quê

Os recursos minerais, inclusive os existentes no subsolo, pertencem à União. A Constituição também estabelece que cabe privativamente à União legislar sobre jazidas, metalurgia, minas e outros recursos minerais. As autorizações de pesquisa e as concessões de lavra são federais, atualmente administradas pela Agência Nacional de Mineração. Portanto, o governador não pode conceder um direito minerário nem alterar sozinho o Código de Mineração.

Isso não transforma o Governo de Minas Gerais em espectador. O Estado pode atuar em áreas decisivas: ciência, desenvolvimento econômico, formação profissional, infraestrutura, inovação, licenciamento ambiental estadual, política tributária estadual e promoção de investimentos. Também pode acompanhar e fiscalizar, em seu território, as concessões de direitos minerais, dentro das competências constitucionais.

Por essa razão, esta carta divide responsabilidades entre as candidaturas do MDB.

Ao governador de Minas Gerais caberá

Articular, executar, fiscalizar, fomentar e licenciar dentro das competências estaduais. Isso inclui:

- instituir a política estadual;
- fortalecer o Sisema;
- mobilizar BDMG, Cemig, Fapemig, Invest Minas, UEMG e Unimontes;
- organizar formação profissional;
- preparar infraestrutura;
- promover investimentos;
- propor medidas estaduais de tributação;
- apoiar fornecedores e municípios;
- coordenar a relação com comunidades;
- integrar o Estado com a União.

Aos deputados estaduais do MDB caberá

Discutir e aprovar leis estaduais, fiscalizar o Governo de Minas Gerais e votar os instrumentos orçamentários que viabilizarão a política. A Assembleia Legislativa possui competência para tratar de impostos estaduais, órgãos públicos, orçamentos anuais e planos plurianuais, além de acompanhar a qualidade das políticas executadas pelo governador.

Aos deputados federais do MDB caberá

Atuar sobre a legislação nacional que regula a mineração, além de propor, aperfeiçoar e votar matérias relativas à ANM, ao Código de Mineração, às debêntures incentivadas, ao FGAM, à jornada de trabalho, aos tributos federais e aos instrumentos do BNDES e da Finep. Também caberá à bancada fiscalizar a União e direcionar recursos federais para projetos mineiros. Deputados federais legislam, fiscalizam e participam da definição do Orçamento da União.

Aos senadores do MDB caberá

Representar Minas Gerais na construção do marco nacional, revisar as proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados e atuar especialmente nos projetos sobre minerais críticos que já tramitam no Senado Federal. O senador também participa da fiscalização e da definição do Orçamento da União.

Não quero apresentar uma carta em que o candidato a governador promete executar aquilo que pertence ao Congresso Nacional. Quero apresentar uma agenda integrada, na qual cada candidatura saiba exatamente qual responsabilidade deverá assumir.

Resposta às dez propostas da AMC

1. Instituir uma Política Nacional de Minerais Críticos

Compromisso do Governo de Minas Gerais e da bancada federal do MDB.

A bancada federal do MDB apoiará a construção de uma Política Nacional de Minerais Críticos com critérios técnicos, governança permanente, planejamento de longo prazo e lista atualizável.

No âmbito estadual, apresentaremos, durante o primeiro ano de governo, o Plano Mineiro de Minerais Críticos e Terras Raras. Ele não substituirá a política nacional. Será o instrumento de Minas Gerais para organizar suas cadeias, instituições, projetos e territórios.

Nos primeiros 180 dias, instalaremos uma coordenação executiva estadual, sem criar nova estrutura burocrática permanente, para:

- identificar o estágio de cada cadeia;
- mapear infraestrutura e mão de obra;
- organizar uma carteira de projetos;
- levantar gargalos ambientais, financeiros, institucionais e logísticos;
- definir prioridades regionais;
- integrar empresas, instituições científicas e municípios.

O plano terá revisão periódica, porque a condição de criticidade pode mudar com a evolução tecnológica e com as cadeias internacionais.

2. Harmonizar procedimentos entre a ANM, os órgãos ambientais e os demais órgãos intervenientes

Compromisso do Governo de Minas Gerais, com articulação da bancada federal.

Concordo com a necessidade de integração. O empreendedor não pode receber exigências contraditórias de órgãos que não conversam entre si. A comunidade também não pode descobrir informações fragmentadas sobre o mesmo projeto.

Nosso Plano de Governo já prevê recompor e qualificar o Sisema, fortalecendo Feam, IEF, Igam e Semad. Também propõe ordenar os instrumentos ambientais, reduzir sobreposições e concentrar a capacidade técnica onde o risco for maior.

A integração terá três regras:

1. Cronograma coordenado: cada órgão saberá quando e como deve se manifestar.
2. Informação compartilhada: dados ambientais, geológicos e territoriais deverão circular entre os entes competentes.
3. Rigor proporcional ao risco: projeto de menor complexidade não deverá receber o mesmo rito de uma operação localizada em território sensível.

Harmonizar não significa fundir indevidamente a autorização mineral com o licenciamento ambiental. Também não significa diminuir proteção. Significa evitar duplicidade, improvisação e silêncio institucional.

No caso de projetos de terras raras associados a materiais radioativos, a coordenação deverá incluir os órgãos federais de segurança nuclear. O Governo de Minas Gerais não tratará esse risco como assunto secundário. A proteção ambiental, o diálogo comunitário e a segurança regulatória precisam caminhar juntos. A própria experiência recente no Planalto de Poços de Caldas mostra a necessidade dessa coordenação.

3. Instituir debêntures incentivadas para projetos de mineração de minerais críticos

Compromisso da bancada federal do MDB.

Debêntures incentivadas pertencem à legislação federal e à regulação nacional do mercado de capitais. O governador não pode criá-las.

Os candidatos do MDB à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal defenderão a ampliação do instrumento para projetos elegíveis de extração, beneficiamento e transformação, desde que existam:

- critérios objetivos de enquadramento;
- governança transparente;
- metas de investimento;
- prestação pública de contas;
- retorno econômico e tecnológico para o país.

O Governo de Minas Gerais atuará na preparação dos projetos, ajudando empresas e regiões a apresentarem iniciativas tecnicamente maduras para acessar o instrumento.

O benefício não deverá ser concedido apenas porque determinada empresa extrai um mineral classificado como crítico. Deverá existir um projeto que acrescente capacidade produtiva, inovação ou segurança de abastecimento.

4. Criar um Fundo Garantidor para projetos de minerais críticos

Compromisso da bancada federal do MDB, com atuação complementar do BDMG.

A criação do FGAM depende de lei federal, governança nacional e fonte financeira definida. A bancada federal do MDB apoiará sua instituição com critérios técnicos e regras que evitem favorecimento.

O fundo deverá reduzir riscos legítimos de projetos intensivos em capital e tecnologia, especialmente nas fases iniciais. Não poderá transformar todo risco empresarial em prejuízo público.

O acesso deverá considerar:

- capacidade técnica;
- contrapartida privada;
- impacto regional;
- inovação;
- responsabilidade socioambiental;
- viabilidade econômica.

No plano estadual, o BDMG poderá estruturar financiamento complementar, cofinanciamento e garantias dentro de sua capacidade financeira e de seu mandato institucional. Não anunciarei taxa, subsídio ou volume antes de dimensionar a fonte e o impacto fiscal.

5. Criar incentivos tributários e fiscais para a transformação mineral

Compromisso compartilhado entre o Governo de Minas Gerais, a bancada federal e os deputados estaduais.

Concordo que a tributação não pode tornar economicamente mais vantajoso exportar minério pouco processado do que investir em transformação no país.

Também não apoiarei incentivo fiscal automático ou permanente. Nosso Plano de Governo estabelece que benefícios públicos deverão apresentar custo, objetivo, prazo e resultado. O incentivo que produzir desenvolvimento será preservado. O que não entregar contrapartida será revisto.

No âmbito de Minas Gerais, os incentivos deverão ser:

- avaliados periodicamente;
- compatíveis com a Reforma Tributária;
- condicionados à regularidade ambiental;
- orientados à agregação de valor;
- temporários;
- transparentes.

Serão consideradas contrapartidas como emprego, inovação, pesquisa, qualificação profissional e responsabilidade socioambiental.

A política não poderá ser usada para transferir uma atividade de um município para outro sem produzir ganho líquido para Minas Gerais. Também não haverá renúncia escondida. O cidadão precisa saber quanto o Estado deixou de arrecadar e o que recebeu em troca.

6. Instituir financiamento dedicado para pesquisa, desenvolvimento e demonstração

Compromisso do Governo de Minas Gerais e da bancada federal do MDB.

Este é um dos pontos de maior convergência entre a agenda da AMC e nosso Plano de Governo.

Vamos reposicionar a Fapemig como instituição estratégica de inovação, aproximando empresas, pesquisadores e poder público. O Estado apoiará pesquisa aplicada, projetos demonstrativos e plantas-piloto, sempre com avaliação, contrapartida privada e conexão com as vocações regionais. UEMG e Unimontes serão integradas à estratégia de desenvolvimento com autonomia acadêmica preservada.

A agenda poderá incluir, entre outras possibilidades:

- grafita voltada a materiais de ânodo;
- lítio voltado a compostos de maior pureza;
- nióbio voltado a ligas, materiais de ânodo e óxidos;
- terras raras voltadas a ímãs, refino e separação;
- aproveitamento de estéréis e rejeitos;
- economia circular e reciclagem;
- monitoramento ambiental;
- tecnologias de baixo carbono.

A bancada federal do MDB atuará para fortalecer as linhas do BNDES e da Finep e para garantir financiamento permanente à pesquisa nacional.

Não quero que a universidade seja chamada apenas para legitimar uma decisão pronta. Quero que ela participe desde o diagnóstico, desenvolva tecnologia e ajude a medir resultados.

7. Fortalecer as instituições de apoio ao setor mineral

Compromisso dividido entre a União e o Estado.

No plano federal, os candidatos do MDB defenderão o fortalecimento da ANM, do CETEM e do SGB, com equipes qualificadas, orçamento estável e capacidade de resposta.

No plano estadual, fortaleceremos a Fapemig, o Sisema, a UEMG e a Unimontes. Também ampliaremos a cooperação com centros federais instalados em Minas Gerais, como o CDTN, os institutos federais e as universidades federais.

A ausência de servidores qualificados produz dois resultados ruins: decisões lentas e decisões frágeis. Nenhum deles interessa às empresas, às comunidades ou ao meio ambiente.

O licenciamento precisa de gente que conheça geologia, hidrologia, mineração, química, segurança e território. A política de inovação precisa de pesquisadores capazes de transformar conhecimento em produto. O Estado precisa recuperar essa capacidade permanente.

8. Adequar a jornada de trabalho em minas subterrâneas

Compromisso de debate da bancada federal do MDB.

A legislação do trabalho é federal. O governador e os deputados estaduais não podem alterar a jornada legal dos trabalhadores de minas subterrâneas.

Os candidatos do MDB ao Congresso Nacional assumirão o compromisso de promover um debate técnico com empresas, especialistas, sindicatos e trabalhadores.

Qualquer mudança deverá observar:

- evidências sobre fadiga e acidentes;
- negociação coletiva;
- proteção da saúde;
- segurança operacional;
- particularidades de cada atividade.

Flexibilidade não poderá significar redução da segurança ou transferência de risco para o trabalhador. Uma política para minerais críticos só será sustentável se valorizar quem trabalha na cadeia.

9. Promover políticas de desenvolvimento socioambiental dos municípios mineradores

Compromisso prioritário do Governo de Minas Gerais e dos deputados estaduais.

A atividade mineral não produz desenvolvimento territorial automaticamente. Pode aumentar o produto municipal e, ainda assim, deixar comunidades sem serviços adequados e municípios excessivamente dependentes de uma única atividade.

Nosso governo construirá pactos territoriais para os principais projetos, com participação contínua de comunidades, empresas, Estado e municípios. Os pactos deverão abranger:

- água;
- emprego;
- fornecedores locais;
- infraestrutura;
- qualificação;
- saúde.

A AMC acerta ao tratar a legitimidade social como processo permanente. Padrões ESG, Licença Social para Operar e Consentimento Prévio, Livre e Informado, quando aplicável, não podem aparecer apenas no início do licenciamento. O diálogo precisa acompanhar implantação, operação e encerramento.

Os Governos Regionais previstos em nosso plano apoiarão municípios com menor capacidade técnica e aproximarão comunidades, empresas, municípios e universidades. Eles também acompanharão indicadores, obras, prazos e programas.

A política estadual deverá ainda:

- apoiar a diversificação econômica;
- formar fornecedores locais;
- monitorar compromissos socioambientais;
- preparar o território para o encerramento das minas;
- qualificar a aplicação dos recursos disponíveis da CFEM;
- publicar resultados por região.

Também manteremos cadastro georreferenciado, fiscalização permanente, monitoramento contínuo e planos de emergência testados para barragens e estruturas de rejeitos, com informação direta às comunidades.

10. Criar hubs de refino no Brasil

Compromisso do Governo de Minas Gerais, com apoio das bancadas estadual e federal.

Concordo com a criação de polos de transformação, desde que sejam escolhidos por viabilidade técnica e econômica.

A AMC menciona Araxá, Poços de Caldas e Salinas como territórios capazes de concentrar atividades de processamento, pesquisa e tecnologia. Esses locais devem ser considerados pontos de partida, e não uma lista fechada.

O Governo de Minas Gerais trabalhará para estruturar ambientes nos quais diferentes empresas possam compartilhar:

- energia;
- infraestrutura;
- laboratórios;
- logística;
- serviços técnicos;
- tratamento de resíduos.

A política será seletiva. Não vamos obrigar todo mineral a percorrer todas as etapas no território estadual, independentemente de custo, escala ou mercado. A própria AMC alerta que agregar valor sem competitividade apenas desloca o problema.

Nosso objetivo será identificar onde Minas Gerais possui vantagem real e construir as condições para avançar:

- do concentrado de lítio para compostos de maior valor;
- do nióbio para aplicações tecnológicas;
- da grafita para materiais industriais avançados;
- das terras raras para ímãs, refino e separação.

Não prometerei uma fábrica apenas para produzir manchete. Cada projeto deverá apresentar mercado, tecnologia, infraestrutura e viabilidade.

Infraestrutura como condição para a política mineral

Nenhuma cadeia de valor se consolida sem energia e logística.

Nosso Plano de Governo prevê preparar projetos ferroviários para captar recursos federais ligados à compensação mineral. Também identifica como fontes possíveis o financiamento climático, as outorgas ferroviárias, os recursos federais e a parcela estadual da CFEM.

Minas Gerais não pode continuar extraindo minério, deteriorando rodovias e deixando os trilhos subutilizados. Apenas 8% das cargas mineiras seguem por ferrovia. Nossa política buscará diversificar cargas, estruturar terminais intermodais e negociar retorno territorial nas concessões federais.

Também utilizaremos a capacidade institucional da Cemig para articular energia competitiva e limpa aos novos projetos industriais, sempre com planejamento e segurança de fornecimento.

Soberania, investimento e previsibilidade

O Brasil não deve escolher de maneira excludente entre China, Estados Unidos ou Europa. Deve diversificar mercados, parceiros e tecnologias.

A soberania nacional exige critérios para proteger ativos estratégicos. A segurança jurídica exige que esses critérios sejam objetivos, previsíveis e transparentes. Não interessa ao país impedir capital produtivo. Também não interessa entregar decisões estratégicas a procedimentos obscuros ou discricionários.

Os candidatos do MDB ao Congresso Nacional defenderão uma solução equilibrada, com rito específico para situações que envolvam segurança econômica ou geopolítica, prazos definidos e instância tecnicamente adequada.

Compromisso integrado do MDB

Marisa,

Não assino esta carta apenas como candidato a governador.

Assino-a em nome da candidatura majoritária e do compromisso político que coordenarei entre as candidaturas do MDB ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa.

Isso não elimina a autonomia constitucional de cada mandato. Significa que dividiremos a responsabilidade:

- o Governo de Minas Gerais executará a política estadual;
- os deputados estaduais aprovarão leis e orçamento e fiscalizarão a execução;
- os deputados federais atuarão sobre legislação, orçamento e políticas nacionais;
- os senadores representarão Minas Gerais na consolidação do marco federal.

Depois das eleições, reunirei os parlamentares eleitos pelo MDB para estabelecer uma agenda integrada sobre minerais críticos e terras raras. A Associação de Minerais Críticos, as comunidades, as instituições científicas, os municípios e o setor produtivo terão interlocução permanente com essa atuação.

Também apresentaremos anualmente os resultados dos compromissos estaduais, com dados sobre:

- empregos;
- fornecedores locais;
- investimentos;
- licenciamento;
- pesquisa;
- projetos industriais;
- resultados socioambientais;
- uso de incentivos públicos.

A assinatura desta carta não transfere competência. Ela distribui responsabilidade e permite cobrança.

Minas Gerais pode permanecer como território de onde sai o minério ou se tornar o lugar onde ficam o conhecimento, o emprego e a tecnologia.

Nossa geologia é o ponto de partida. O desenvolvimento precisa ser o destino.

Com respeito e disposição para o diálogo,

Gabriel Azevedo

Candidato a Governador de Minas Gerais

Em nome do compromisso político integrado das candidaturas do MDB ao Governo de Minas Gerais, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa
